

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.118.212 - DF (2017/0139409-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HELICA SERVICOS E SOLUCOES LIMITADA - EPP
AGRAVANTE : HELICA COMERCIAL LIMITADA - ME
ADVOGADOS : FERNANDO CESAR LOPES GONÇALES E OUTRO(S) - SP196459
MATHEUS CAMARGO LORENA DE MELLO - SP292902
AGRAVADO : CIVIL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - DF010010

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por HELICA SERVICOS E SOLUCOES LIMITADA - EPP e outra em face da decisão acostada às fls. 711-712 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelas ora agravantes.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 1153-1162 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RETRATAÇÃO. DECISÃO QUE REJEITA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM DECISÃO QUE RECONHECEU A INTEMPESTIVIDADE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO

1. Trata-se de agravo regimental contra decisão que rejeitou embargos de declaração contra outra decisão que não conheceu dos embargos de declaração por intempestividade.
2. Sem motivos para exercer o direito de retratação em relação à decisão impugnada, pois não trouxeram os recorrentes fatos ou elementos novos aptos a alterar meu convencimento a respeito da intempestividade do recurso de embargos de declaração.
3. Afirmam os agravantes que o recurso de embargos de declaração, interposto em face do acórdão da apelação, teria sido no prazo legal, porém, como se observa da segunda decisão, acima transcrita, foi feita uma percuciente análise e não se constatou nenhum elemento capaz de indicar que os agravantes interpuseram aquele primeiro recurso aclaratório dentro do prazo legal.
4. O princípio da instrumentalidade das formas e o aproveitamento dos atos processuais não permitem que o regramento mínimo do processo seja superado. Quer dizer, somente tem cabimento da utilização desses postulados quando o vício processual mostra-se perfeitamente sanável.
5. Quanto ao pleito visando à revogação da multa, também não se mostra possível, pois conforme fundamentação naquela decisão, o segundo recurso de embargos de declaração mostrara-se nitidamente protelatório. Portanto, a multa resta inquestionável, a meu ver.
6. Agravo regimental desprovido

Nas razões de recurso especial (fls. 1166-1177 e-STJ), alegaram as

insurgentes que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 1.023 do CPC/15 e 1º da Lei nº 9.800/99, sustentando a tempestividade dos primeiros aclaratórios opostos perante o Tribunal local.

Contrarrazões às fls. 1186-1193 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformadas, interpuseram o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 1199-1206 e-STJ, por meio do qual pretendem ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, registra-se que a Corte local negou provimento ao apelo das ora insurgentes (fls. 1041-1058 e-STJ), decisão esta impugnada por aclaratórios, que foram considerados intempestivos (fls. 1080-1082 e-STJ).

Opostos novos embargos de declaração, restaram rejeitados monocraticamente (fls. 1121-1124 e-STJ), com aplicação de multa, decisão esta posteriormente confirmada pelo acórdão ora recorrido (fls. 1153-1162 e-STJ), proferido no julgamento de agravo regimental.

Do acórdão ora impugnado, extrai-se o seguinte (fls. 1158-1161 e-STJ):

Não verifico motivos para exercer o direito de retratação em relação à decisão impugnada. Não trouxeram os recorrentes fatos ou elementos novos aptos a alterar meu convencimento a respeito da intempestividade do recurso de embargos de declaração.

Como se vê do relato, o embargante requer a reconsideração ou a reforma da decisão de minha relatoria que, conheci mas rejeitei o recurso de embargos de declaração.

O teor da decisão ora impugnada é o seguinte:

"Como se cuida de embargos de declaração interpostos contra decisão monocrática, também por essa modalidade de decisão examino o presente recurso.

Nos termos do art. 1.022, do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios se prestam a esclarecer o ato judicial impugnado, quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros e erros de natureza material. Ou seja, a estreita via dos declaratórios não é útil para a reavaliação das questões apreciadas por ocasião do julgamento do recurso principal, quando não evidenciada a presença dos vícios acima elencados.

Oportuno observar, desde logo, que os embargos de declaração "têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado". (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante em Vigor, 11ª edição, RT, 2010, São Paulo, pág. 945)

Na decisão ora impugnada, ressaltei que:

"Com efeito, o acórdão embargado foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 27/04/2016, conforme se verifica das fls.

985/986. Assim, considerando o prazo legal, o embargante teria até o dia 05/05/2016 para opor o recurso. Todavia, como se observa de fl. 987, os embargos foram apresentados apenas no dia 11/05/2016, ou seja, muito depois de encerrado o termo final.

Esclareço, por oportuno, que, na espécie, não incidem circunstâncias excepcionais que levariam à contagem em dobro do prazo. É que as embargantes Hélica Comercial Serviços e Soluções Ltda-ME e Hélica Serviços e Soluções Ltda-ME, embora litisconsortes, são empresas integrantes do mesmo grupo econômico e patrocinadas pelos mesmos advogados. O prazo é, portanto, comum."

Não se conformando com a negativa de seguimento aos embargos de declaração as embargantes, alegando omissão, interpõem novo recurso aclaratório, aduzindo que fora interposto dentro do prazo legal.

Asseveram as embargantes que as cópias acostadas às fls. 1.012 e 1.015/1.018 demonstram a tempestividade dos embargos.

Analisei atentamente as cópias e não constatee nenhuma informação que comprove a tempestividade do recurso. Apenas se consegue observar em 10 de maio foi enviado um fax, porém, sem nenhum elemento capaz de demonstrar que se refere aos embargos rejeitados. O mesmo ocorre com a cópia acostada à fl. 1.017 que apenas noticia que foi postada uma encomenda nos correios, mas, igualmente, sem elementos capazes de demonstrar a tempestividade questionada.

De outro lado, a certidão da Secretaria da Turma (fl. 991) noticia que os embargos foram interpostos em 11 de maio de 2016.

À fl. 1.024 determinei que a Secretaria da Turma certificasse sobre eventual recebimento ou extravio de qualquer peça recursal das embargantes visando esclarecer sobre a existência de envio do recurso dentro do prazo legal.

À fl. 1.025 informou a Secretaria que não recebeu, via fax corporativo, embargos de declaração da parte Hélica Serviços e Soluções Ltda - ME no dia 05 de maio de 2016, como insistem em afirmar as recorrentes e que não foi roteado nenhum documento para a Secretaria da 3ª Turma por outro setor do Tribunal.

Na mesma certidão, esclarece o Senhor Diretor de Secretaria da 3ª Turma Cível deste Tribunal, que o número (3103-0846) pertence à Secretaria-Geral do TJDF e, em contato com aquele setor, foi informado que lá sequer utilizam o sistema de fax corporativo.

Não há dúvida, a meu sentir, de que não foram interpostos os embargos de declaração (fls. 987/990) dentro do prazo legal e que o recurso (fls. 1.010/1.014) tem nítido caráter protelatório, apesar de as embargantes fazerem questão de negar esse propósito, o que é esperado.

Assim, tenho como manifestamente protelatório o presente recurso de embargos de declaração, pois, além de as embargantes não demonstrarem, de forma clara e objetiva, em que teria consistido algum dos vícios listados no art. 1.022, CPC fica evidente que não foi enviado o recurso dentro do prazo legal e, se o foi, certamente, não foi para a Secretaria da 3ª Turma Cível. Diante desse cenário, tenho que a situação se amolda ao previsto no art. 1.026, § 2º, CPC. Portanto, aplico a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa.

Reitero, por último, que os embargos de declaração têm a finalidade sanar os vícios da obscuridade, da contradição, da omissão e até erro material, eventualmente ocorrentes no julgado, mas esse expediente processual não pode servir de instrumento impeditivo da boa marcha processual.

Diante do exposto, conheço do recurso de Embargos de Declaração, mas rejeito-os por não verificar nenhuma hipótese de acolhimento e, em razão do caráter protelatório, aplico às embargantes a multa de 2% sobre o valor da causa atualizado."

Afirmam os agravantes que o recurso de embargos de declaração, interposto em face do acórdão da apelação, teria sido no prazo legal, porém, como se observa da segunda decisão, acima transcrita, foi feita uma percuente análise e não se constatou nenhum elemento capaz de indicar que os agravantes interpuseram aquele primeiro recurso aclaratório dentro do prazo legal. [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador afirmou que não houve protocolo dos embargos via fax, conforme sustentam as insurgentes, considerando intempestivos os aclaratórios opostos.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela súmula 7/STJ. Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO. TEMPESTIVIDADE ATESTADA NA ORIGEM. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 DO STJ E 735 DO STF. INCIDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211 DO STJ. APLICAÇÃO.

[...]

3. Inviável na via estreita do especial dissentir da conclusão alvitrada na origem acerca da tempestividade do agravo de instrumento interposto pelo Município, ora agravado, nos moldes pretendidos pelo agravante, dada a imperiosa necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos (Súmula 7 desta Corte).

[...]

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 425.727/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 11/06/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU PELA IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

CONTRARIEDADE AOS ARTS. 128, 458, II, E 535, II, DO CPC/73 (ART.

489, II, E §1º, III, IV E V, DO CPC/2015). RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ART. 525, I, DO CPC/73 (ART. 239, § 1º, DO CPC/2015). CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido da impossibilidade "de aferir a tempestividade do agravo, o que acarreta a sua inadmissibilidade" - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1630124/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. BOLETIM DA AASP. IMPRESTABILIDADE. AFERIÇÃO POR OUTROS MEIOS. INVIABILIDADE. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. A Corte de origem, ao dirimir a controvérsia, entendeu pela inviabilidade de se aferir a tempestividade do agravo de instrumento por outros meios. Infirmar as conclusões do julgado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 866.099/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 12/08/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. TERMO INICIAL. TEMPESTIVIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2.- A convicção a que chegou o Acórdão, em relação à tempestividade do Agravo Instrumento interposto antes do julgamento dos Embargos Declaratórios, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp 79.609/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 10/09/2012)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator